

## Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira<sup>1</sup>

*Carmen Sylvia Vidigal Moraes\*, Iomar Barbosa Zaia\*\*, Maria Cristina Vendrameto\*\*\**

**Resumo:** O artigo apresenta os procedimentos e os resultados de pesquisa realizada entre 1998 e 2003, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo/FAPESP. O projeto consistiu na instalação de Centros de Memória em oito escolas técnicas estaduais – com acervo documental organizado, banco de dados informatizados, espaço para exposição de fotos e de objetos museológicos, salas de consulta e pesquisa – e a viabilização de acesso público aos seus documentos textuais, iconográficos, museológicos, às entrevistas/depoimentos de ex-alunos, ex-professores e funcionários. O trabalho de organização das fontes provenientes dos diferentes conjuntos documentais das escolas técnicas foi realizado com o envolvimento de alunos, professores, funcionários e população local, promovendo o contato desses agentes sociais com questões referentes à preservação da memória institucional e o desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio histórico e cultural. Nesta direção, o texto a ser apresentado apresenta dupla perspectiva: relatar o processo de desenvolvimento da pesquisa e seus resultados pedagógicos, assim como indicar a relevância das fontes institucionais para o estudo da educação brasileira e a renovação da pesquisa histórica.

**Palavras-chave:** História da educação, ensino técnico, memória institucional, arquivos escolares, fontes e práticas pedagógicas.

**Abstract:** This article presents the procedures and results of a research carried out between 1998 and 2003, with the financial support from Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo/FAPESP (São Paulo Research Support Foundation/FAPESP). The

\* Professora da Faculdade de Educação – USP. [moraescs@usp.br](mailto:moraescs@usp.br)

\*\* Arquivista, mestre pela FEUSP e pesquisadora bolsista do Centro de Memória da Educação da FEUSP. [iomar@usp.br](mailto:iomar@usp.br)

\*\*\* Mestranda em arquivística escolar, na FEUSP. [vendrameto2001@yahoo.com.br](mailto:vendrameto2001@yahoo.com.br)

1. O texto, aqui elaborado, baseia-se nos resultados da pesquisa realizada pelo Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP e pelo Centro de Educação Tecnológica "Paula Souza", do Estado de São Paulo, entre 1997 e 2002, sob a coordenação de Carmen Sylvia Vidigal Moraes (FEUSP) e Júlia Maria Falivene Alves (Centro Paula Souza). A esse respeito, ver Moraes e Alves (2002).
2. Iomar Zaia e Maria Cristina Vendrameto assessoraram o projeto na área de arquivística e foram responsáveis pela capacitação dos professores e alunos participantes. A pesquisa contou também com o apoio e consultoria, na área de arquivística, da professora Diana Vidal, do Centro de Memória da FEUSP.

project involved the installation of Memory Centers in 8 technical public schools with organized documental heaps, computerized databases, exhibition spaces for museum objects and photos, research and reference rooms, and the viability of public access for textual, iconographic and museum documents and also interviews and declarations from former teachers, students and employees. The organization of sources from the different document sets from the technical schools was done with the involvement of students, teachers, employees and local population, fostering the contact between these social agents and issues related to institutional memory preservation and the development of cultural and historical patrimony preservation actions. Thus, this text presents a double perspective: to report the research development process and its pedagogical results, and also to indicate the importance of the institutional sources to the study of Brazilian education and the renovation of history research.

Key words: History of education, technical teaching, institutional memory, school files, sources and pedagogical practices.

Nos últimos dez anos, o Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo tem procurado contribuir para o debate que, no âmbito das relações entre história e historiografia, propõe a problematização e o alargamento da concepção de fontes para a história da educação.

A partir dessas preocupações e em face da situação precária dos acervos documentais das escolas técnicas oficiais no Estado de São Paulo, foram reunidos esforços no sentido do envolvimento dessas instituições e de sua administração com a questão da construção e preservação da memória institucional. Entre 1998 e 2002, realizou-se, em cooperação com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, projeto comum visando promover o encontro entre pesquisa e atividade pedagógica, através da integração dos diferentes agentes das práticas escolares na produção do conhecimento histórico.

Com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo/FAPESP, o projeto consistiu na instalação de Centros de Memória em oito escolas técnicas participantes – com acervo documental organizado, banco de dados informatizados, espaço para exposição de fotos e de objetos museológicos, salas de trabalho, consulta e pesquisa – e a viabilização de acesso público aos seus documentos textuais, iconográficos, museológicos, às entrevistas/depoimentos de ex-alunos, ex-professores e funcionários.

O trabalho de organização das fontes provenientes dos diferentes conjuntos documentais das escolas técnicas, realizado com o envolvimento de alunos, professores, funcionários e população local, viabilizou o contato desses agentes sociais com questões referentes à preservação da memória institucional e o desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio histórico e cultural, entendidas como fundamentais para a constituição e o exercício da cidadania. A partir dessas referências, suscitou a realização de estudos e produção de conhecimentos — sobre a história das instituições, da educação em geral, do ensino técnico, da consti-

tuição das profissões e das mudanças no mundo do trabalho no decorrer do tempo —, os quais subsidiaram as atividades de ensino e promoveram o enriquecimento curricular das instituições.

Como resultado de suas atividades, o projeto produziu também um *Album Fotográfico*, com cerca de 100 fotos, e um *Inventário de Fontes Documentais* existentes nas oito escolas.

Nesta direção, o texto a ser apresentado apresenta dupla perspectiva: relatar o processo de desenvolvimento da pesquisa e seus resultados pedagógicos, assim como indicar a relevância das fontes institucionais para o estudo da educação brasileira e a renovação da pesquisa histórica.

## 1. Os arquivos das escolas

A idéia da realização de um projeto que viabilizasse o levantamento, acondicionamento e referenciação dos documentos produzidos e/ou acumulados pelas escolas técnicas oficiais paulistas nasceu durante o desenvolvimento de pesquisa anterior sobre as origens e desenvolvimento dessa modalidade de ensino no Estado de São Paulo. No decorrer do estudo, constatamos a situação precária de conservação dos documentos e a necessidade urgente de atuação conjunta da universidade e da escola pública na luta pela preservação e acesso a essas fontes da história da educação.

As escolas técnicas foram selecionadas de acordo com alguns critérios – sua antiguidade e importância histórica na constituição desse ramo de ensino<sup>3</sup> e, em segundo lugar, a presença de interesse e disponibilidade institucionais.

O acervo arquivístico de uma escola é decorrente de suas atividades administrativas e pedagógicas<sup>4</sup>. As atividades administrativas são atribuições específicas da secretaria, do departamento pessoal, da tesouraria e da diretoria. A sala de aula, ao lado da oficina, constituem os principais locais de desenvolvimento das atividades pedagógicas, onde são produzidos materiais relacionados à situação de ensino-aprendizagem – materiais de uso didático e artefatos técnicos, além de registros sobre as classes e sobre cada aluno individualmente.

Em geral, assim como ocorre na maioria dos estabelecimentos de ensino, as escolas integrantes do projeto apresentavam arquivos “ativos” e “inativos” ou “mortos”, denominações que, segundo Ribeiro (1992), “revelam o predomínio de uma noção limitada de sua importância para a administração e, principalmente, para o conhecimento científico”. Em nenhuma dessas instituições, o arquivo histórico, como é chamado pelos historiadores, constituiu-se em “arquivo permanente”, isto

3 . Sobre a história do ensino profissional no Estado de São Paulo, ver Moraes (2001).

4 . A respeito dos arquivos escolares, consultar o precioso artigo de Marcus Ribeiro (1992).

é, em conjuntos documentais selecionados por processo criterioso de avaliação, de modo a expressar as atividades e funções da instituição. Em todas elas, os acervos do “arquivo morto” apresentavam-se dispersos, e seus documentos guardados em diferentes locais dentro da instituição, ou em depósitos externos, em outro prédio pertencente à escola, por exemplo, como é o caso da ETE Getúlio Vargas, que possui significativa massa documental.

Nas Secretarias das escolas, encontrou-se a maior parte da documentação: os dossiês de alunos, os livros de matrículas, os livros de ponto, parte da correspondência e as circulares. Documentos mais antigos, em desuso, como os livros de notas, atas de exames, diários de classe, livros de atas da diretoria e/ou das congregações, os estatutos, regimentos e álbuns fotográficos estavam guardados em depósitos localizados em salas fechadas, em condições físicas pouco adequadas. Publicações como anuários, revistas e boletins, quando existentes, foram localizadas nas bibliotecas. Em alguns casos, mesmo havendo arquivo, certos documentos considerados de importância especial – como livros de atas, planta da escola, obras produzidas por ex-alunos e ex-professores, ficavam sob a guarda da diretoria. Alguns desses trabalhos escolares, das mais variadas ordens — obras de arte, como esculturas e pinturas, peças de mobiliário, trabalhos de agulha, roupas e bordados, maquinário e instrumentos de trabalho diversos —, foram, algumas vezes, objeto de exposições, o mesmo ocorrendo com as fotografias.

Um dos problemas mais graves observados consiste na eliminação indiscriminada dos documentos. Todos os arquivos possuem lacunas significativas, o que se deve, principalmente, a falhas nas normas legais que regulamentam a preservação de documentos nos estabelecimentos de ensino. De acordo com Ribeiro (1992), as normas existentes baseiam-se “apenas no valor probatório dos documentos”; “o valor informativo, que se refere ao seu uso científico e cultural, raramente é considerado”. Para o autor, tal desatenção “no mínimo surpreende”, uma vez que “os órgãos responsáveis pela regulação da vida escolar são os Conselhos Federal e Estaduais de Educação”.

Nessas circunstâncias, com exceção dos dossiês de alunos, a guarda permanente dos documentos escolares não está prevista pelas normas legais. Apesar de seu valor informativo, espécies documentais como “livros de atas, estatutos, regimentos e programas não têm proteção legal, nem recomendação específica de guarda, que fica assim a critério somente da escola, sem orientação especializada” (RIBEIRO, 1992)<sup>5</sup>.

5. Na perspectiva da preservação das fontes históricas, Osmar Fávero e Clarice Nunes, em artigos publicados, respectivamente, em 1988 e 1989, propunham que instituições como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/INEP atuassem como órgão de documentação e informação. A esse respeito, consultar Nunes (1989) e Nunes e Carvalho (1992).

O quadro inicial dos arquivos das escolas levou-nos a desenvolver trabalho que integrasse a participação conjunta de educadores, historiadores e arquivistas, o que possibilitou, de um lado, apreender criticamente a importância das fontes localizadas no âmbito da história da educação e, de outro, realizar a organização de planos de classificação, destinação e preservação dos documentos, de modo a propiciar ao acervo “certa totalidade e organicidade das atividades/funções desempenhadas pelas instituições ... que o acumularam” (NUNES; CARVALHO, 1992).

O apoio institucional das escolas integrantes do projeto e a participação de seus professores, alunos e funcionários permitiram superar a situação inicial: os acervos documentais foram organizados e os Centros de Memória constituídos; os documentos – higienizados, referenciados e devidamente acondicionados – estão à disposição do público da escola e dos pesquisadores interessados. Em alguns estabelecimentos reorganizaram-se, inclusive, as bibliotecas e, em outros, providenciou-se a montagem de exposições permanentes de peças museológicas. O conhecimento da documentação levou alunos e professores a atribuir-lhe importância na reconstrução da memória institucional e, também, a identificar as lacunas e os limites das fontes textuais localizadas e, dessa maneira, a procurar levantar novas informações através de documentos diversos, complementares, como fotografias, filmes e objetos escolares, alguns deles pertencentes a acervos particulares; depoimentos de ex-professores e ex-alunos, etc.

Dessa maneira, os Centros de Memória passaram a integrar a vida escolar, a fazer parte do plano pedagógico dos estabelecimentos, a atuar como espaços de ensino-aprendizagem e, até mesmo, a viabilizar a introdução da Arquivística como componente curricular no curso médio, como na ETE Cônego José Bento, de Jacaré. Nesta escola, o Centro de Memória, que funciona no amplo prédio destinado, em outros tempos, à residência de seus diretores, inteiramente reformado por professores e alunos do projeto, trabalha em cooperação com o Arquivo Municipal.

Nesse percurso realizado junto à escola pública, estamos todos nós – os professores, funcionários e alunos das escolas técnicas, os professores, pesquisadores e alunos bolsistas do Centro de Memória da Educação – gratificados pelo resultado de nosso trabalho. Estamos convictos de que o mapeamento que realizamos das fontes existentes nessas instituições até a década de 1950 apresenta dupla contribuição: como instrumento facilitador do uso pedagógico dos arquivos escolares, no ensino e na pesquisa, e, enquanto “instrumento de classificação formal”<sup>6</sup>, propiciador da localização de novas fontes históricas para o estudo da educação brasileira.

6. Conforme Nunes (1992), “... trabalhos de mapeamento, traduzidos em guias, repertórios, catálogos ou similares, são mais que instrumentos de referência prática. São instrumentos de classificação formal que vão possuir interesse diferencial para sujeitos com diferentes visões de mundo e diferentes objetos/objetivos de pesquisa”.

## 2. O trato documental no arquivo escolar

De acordo com as preocupações já anunciadas, o objetivo principal do projeto consistiu em buscar alternativas para a conservação e a guarda dos documentos pertencentes ao *Arquivo Morto* (Arquivo Permanente) das Escolas Técnicas Estaduais mais antigas do Estado de São Paulo.

A princípio, oito escolas foram escolhidas para participar do projeto. No entanto, somente quatro puderam receber recursos financeiros advindos da FAPESP. As quatro restantes passaram a integrar o projeto no segundo ano da pesquisa.

Inicialmente, visitaram-se as quatro escolas que começaram a desenvolver as atividades. Os objetivos iniciais foram:

- fazer o levantamento da documentação, localizando-a dentro e fora da instituição escolar. Nessa atividade, foram envolvidos alunos e professores. Os alunos, sob orientação dos professores, eram instruídos a buscar, também, informações relacionadas à Escola em outras instituições públicas (como arquivos e bibliotecas municipais e prefeitura). Os professores, além de auxiliar na coleta de dados dos alunos, realizavam entrevistas com ex-professores e ex-alunos;
- ensinar, por meio de oficinas, as técnicas básicas de higienização e acondicionamento da documentação. Essa atividade ficou sob responsabilidade das arquivistas do projeto que, em cada uma das escolas e de acordo com a necessidade local, elaboravam oficinas para alunos e professores;
- auxiliar na seleção do espaço destinado a sediar o Arquivo Permanente. A escolha do espaço que deveria guardar a documentação foi uma das grandes preocupações. Deveriam ser evitados os lugares úmidos e os cômodos com pisos de madeira e grandes janelas que facilitam a entrada de luz. Privilegiaram-se os locais localizados mais próximos da secretaria da escola, evitando lances de escadas. Tal medida, além de ajudar no transporte da documentação, permitiria não apenas o envolvimento da equipe de funcionários da secretaria, importante para o desenrolar das atividades, mas também que tais funcionários dessem continuidade a elas, quando o projeto deixasse de existir.

A criação do ambiente adequado para o recebimento da documentação foi lenta. Além da escolha do espaço, era preciso realizar a compra dos equipamentos importantes para a salvaguarda dos documentos. Assim, foram adquiridos arquivos deslizantes, mesas e cadeiras, computadores, mapotecas e desumidificadores. Estes últimos foram adquiridos, em cada escola, de acordo com a dimensão do espaço disponibilizado e as características climáticas de cada cidade;

- introduzir os conceitos básicos da Arquivística, conhecimento indispensável para o bom desenvolvimento do trabalho de guarda, conservação e organização de acervos documentais.

Feita a localização e o diagnóstico do estado de conservação dos documentos, o próximo passo foi o agrupamento do material em uma única sala para a sua higienização. De acordo com os procedimentos da Arquivologia, estabeleceram-se critérios de avaliação, destinação e descarte para os documentos, sendo descartados aqueles não considerados como de guarda permanente. Os demais foram higienizados e, a princípio, organizados em ordem alfabética ou cronológica. Essa atividade realizou-se com a participação de professores, alunos e funcionários das escolas, através de mutirões que aconteciam, na maioria das vezes, aos sábados.

O desenvolvimento do projeto Historiografia caracterizou-se pela capacitação permanente de seus integrantes, nas teorias e nas técnicas de tratamento da documentação, o que possibilitou a todos um contato direto com a Arquivologia.

A capacitação e o acompanhamento técnico dos trabalhos realizados pelos professores e alunos deram-se através de visitas mensais realizadas pelas duas assessoras técnicas a cada uma das unidades escolares, ocasião em que eram discutidas as dúvidas específicas de cada escola e se reforçavam os conceitos teóricos apresentados nas reuniões gerais.

Os encontros coletivos, também mensais, realizados pela coordenação do projeto, no Centro Paula Souza e no Centro de Memória da Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, visavam planejar e avaliar o andamento das ações nas escolas. As discussões de planejamento incluíram a leitura e análise de textos sobre a história da educação nacional e do Estado de São Paulo.

Com a implantação dos Centros de Memória nas escolas, as reuniões passaram a ocorrer, na forma de rodízio, nos diferentes Centros, de maneira que as atividades desenvolvidas em cada um fossem conhecidas por todos.

O trabalho contou, além disso, com a colaboração não somente de professores e profissionais do Instituto de Estudos Brasileiros/USP, da Escola de Comunicação e Artes/USP, do Museu de Arte Contemporânea/USP, que organizaram oficinas de capacitação, como também de visitas monitoradas ao Museu Paulista, ao Museu de Arte Sacra de São Paulo, ao Memorial do Imigrante, à Pinacoteca do Estado e aos Museus e Arquivos Municipais das diferentes localidades onde se localizavam as escolas.

A apropriação, pela comunidade escolar, dos conceitos básicos da Arquivística podia ser notada pela crescente fluência e propriedade com que a terminologia da arquivologia passou a ser adotada nas escolas. O “arquivo morto” foi rebatizado de “arquivo permanente” ou “histórico” e termos como tipo documental, série, organograma, descarte, avaliação, fontes históricas, tornaram-se corriqueiros nas conversas dos participantes do projeto.

Enquanto se procedia à localização e à higienização dos documentos, um outro trabalho era realizado paralelamente: a *confecção de pastas* em papel neutro, para o acondicionamento dos documentos em suporte papel. Com o apoio das

assessoras, professores (as) e alunos (as) puderam confeccionar pastas que atendessem às necessidades de cada tipo documental. Assim, o boletim dos ex-alunos recebeu uma pasta adequada ao seu formato, que corresponde, exatamente, à metade da pasta destinada ao acondicionamento dos documentos em tamanho ofício e dos documentos em formato A4. Cada pasta deveria acondicionar somente um documento, desde que esse possuísse no máximo 20 páginas. Em sua confecção, a pasta não implicou o uso de colas especiais nem dobraduras elaboradas, o que agilizou o trabalho, assim como facilitou o manuseio dos documentos (VIDAL; ZAIA 2002).

Na parte central da capa convencionou-se um campo em forma de retângulo feito a lápis, no qual constavam as seguintes informações:

- Assunto do documento:
- Autor:
- Data completa ou possíveis datas contempladas pelos documentos:
- Algumas observações, como a existência de duplicatas, falta de folhas, se não há nitidez para leitura, etc.

Estabelecidas as séries documentais e superada a fase preliminar de higienização e acondicionamento nas pastas, iniciou-se a notação dos documentos. Essa notação ou identidade foi elaborada, através da criação de siglas, em cada folha do documento, a lápis, no canto superior direito, como indicado anteriormente, na seguinte ordem:

- Fundo.
- Série.
- Subsérie/dossiê.
- Número do documento dentro da série ou subsérie.
- Número de pastas do documento, caso este possuísse mais de 20 folhas ou duplicatas.
- Número de páginas que o documento contém.

Feita a notação das séries e subséries, os documentos foram acondicionados em caixas e cada uma recebeu identificação, na forma de etiquetas, onde constavam as seguintes informações:

- Fundo.
- Série.
- Subsérie/Dossiê.
- Número de documentos existentes na caixa.
- Número total de folhas.

Ao mesmo tempo em que se realizavam as tarefas de higienização, acondicionamento e notação dos documentos, uma equipe de cada escola estava sendo

treinada para montar o banco de dados “Metis”, criado para armazenar as informações relacionadas às fontes documentais.

A organização deste repertório procurou respeitar sempre as etapas de trabalho e os dados coletados em cada escola. Se, de forma geral, as escolas apresentaram séries semelhantes como, por exemplo, os Livros de Ponto e os Livros de Matrículas, também foi possível perceber a existência de séries que eram específicas a cada escola e que destacavam a relevância de compreender as práticas escolares, relacionando-as a aspectos geográficos, políticos, econômicos, sociais e culturais de cada região, no decorrer de sua história. Manter a documentação histórica na própria escola, não a removendo para um Centro de Documentação ou Arquivo Público, permite que a comunidade escolar e demais pesquisadores (as) venham a compreender a relação constituída, e em permanente constituição, entre a escola e sua região. Favorece, por fim, o entrosamento de práticas escolares pretéritas com as atuais, integrando a atividade do arquivo escolar aos afazeres cotidianos da escola (VIDAL; ZAIA, 2002).

Hoje, toda a comunidade escolar que participou do projeto valoriza o patrimônio histórico-cultural e se preocupa com sua preservação. Para dar continuidade aos trabalhos de organização e preservação de documentos, de realimentação do Banco de Dados e de programação de atividades educativas nos Centros de Memória, de modo a assegurar que eles sejam conhecidos, freqüentados e exerçam sua importante atribuição social como centros de pesquisa e de difusão cultural, o Centro “Paula Souza” passou a desenvolver, a partir do final de 2002, um outro projeto, intitulado: “Vitalização e Dinamização dos Centros de Memória das Escolas Técnicas Estaduais/ ETEs”, em que professores trabalham em suas horas de atividade específica (HAE), recebendo capacitação e apoio da CETEC e assessoria do Centro de Memória da Educação/FEUSP.

### 3. Arquivos e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira

Além das conhecidas dificuldades que cercam o trabalho dos pesquisadores, desde a sistemática destruição das fontes históricas até o desconhecimento dos acervos existentes nos arquivos, provocados pela ausência de guias de fontes ou pela forma como estão organizados, no que diz respeito especificamente à história da educação brasileira, a preocupação em relação à importância dos conhecimentos arquivísticos é ainda recente e pouco disseminada.

Tal situação advém, entre outros motivos, da prevalência de alguns referenciais teóricos na abordagem histórica e seu desapego à utilização de fontes primárias, assim como de certa tendência que ainda persiste nas sociedades escolarizadas de se naturalizar *o ensino*, desistoricizando]-o, o que é, por sua vez, ao menos em

parte, responsável pela apreensão da escola como “realidade supostamente conhecida”, como instituição dotada “de perenidade e homogeneidade”, tanto por pesquisadores como pelos diferentes agentes sociais que dela participam ou participaram de alguma forma, na condição de professores, ou, mesmo, na de alunos (CHARTIER, 2000; VIDAL, 2001).

No redirecionamento atual da pesquisa histórica em educação, enfatiza-se a necessidade de apreender *o que se faz na escola* (CHARTIER, 2000), nos seus diferentes tempos e lugares, atribuindo-se assim novo significado às práticas escolares, enquanto elementos essenciais constitutivos da realidade educacional e da vida social. Essa perspectiva impõe aos pesquisadores da educação, nos seus mais diversos campos – da história, sociologia, economia, linguística, psicologia e didática – o desafio da preservação das fontes históricas em arquivos públicos e a constituição dos arquivos escolares.

O processo de mapeamento e organização dos arquivos implica o permanente diálogo do pesquisador (e de sua teoria) com as fontes documentais, o que traz para a pesquisa histórica a possibilidade de expandir o conhecimento das fontes de história da educação e de forçar o crescimento da historiografia, já que os próprios documentos constituem potencial gerador de novas pesquisas (NUNES, 1992). É na constituição do *corpus documental* que a contribuição do arquivista torna-se vital, colocando à disposição do educador/historiador “trabalho eficiente de descrição e de divulgação da informação” (NUNES, 1992).

Como nos lembra Belloto (1985), o documento é um discurso sobre a realidade, trabalhado pela leitura do historiador, que lhe acrescenta os envolvimentos e inquietações do presente. Problematizar o documento como objeto de construção histórica significa, em primeiro lugar, apreender sua historicidade, o que conduz a uma concepção alargada do “documento educacional”. Documentos para educação precisam ser tomados, portanto, na sua mais ampla acepção. Além dos documentos escritos, textuais, é preciso incorporar fontes que têm sido, com mais frequência, excluídas das análises, como os desenhos, apontamentos de aulas, filmes escolares, fontes orais, fotografias, objetos escolares, etc (NUNES; CARVALHO, 1992).

A pluralidade das fontes indica e expressa a especificidade do objeto pedagógico, seu caráter multifacetado, que exige o concurso de vários domínios de conhecimento para ser apreendido na complexidade das relações que estabelece na globalidade do social, nas dimensões política, administrativa, econômica, social e cultural.

Os documentos pertencentes aos arquivos das escolas técnicas, em sua grande parte, apresentam origem legal, ou seja, são produzidos em obediência à legislação em vigor. Assim, por exemplo, os relatórios dos diretores dos estabelecimentos e de inspetores, os prontuários de alunos (as), os livros de matrículas e o de notas

“significam a própria lei em sua dinâmica de realização”, sendo utilizados freqüentemente “como indicadores significativos” para que as autoridades públicas, no caso a Secretaria dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo e, a partir de 1930, a Secretaria da Educação, “pudessem aferir o quanto a lei estava ou não sendo cumprida” (FARIA FILHO, 1998).

A documentação produzida pelas escolas, somada a outras fontes que lhes dizem respeito, mas que não foram por elas produzidas e se encontram localizadas principalmente no Arquivo do Estado — os Relatórios dos Secretários de Estado aos Presidentes/Governadores do Estado, os Relatórios dos Presidentes/Governadores do Estado, a legislação escolar em vigor e os regulamentos que a acompanham, as publicações oficiais, como o Anuário do Ensino —, além de expressar, no nível político-administrativo, a intencionalidade do Estado, ou seja, as orientações emanadas dos interesses das classes/grupos dominantes, apresenta outras dimensões relevantes para a análise do campo educativo. Enquanto “prática ordenadora e instituidora, voltada para as relações sociais”, o documento legal apresenta, como enfatiza Faria Filho (1998), “tanto o caráter de intervenção social subjacente à produção e realização da legislação escolar”, quanto constitui “em seus diversos momentos e movimentos, lugar de expressão e construção de conflitos e lutas sociais”. Nessa perspectiva, segundo o autor, a lei expressa determinadas concepções de educação e de escola que são produzidas em diferentes instâncias do Estado, mas apropriadas, de diversas maneiras, pelos diferentes sujeitos ligados à produção e realização da legislação. Tal leitura permite entender “as inúmeras leis e reformas de ensino como estratégias de intervenção, de diferentes grupos, no campo educativo”.

Tensões entre as disposições legais e as orientações pedagógicas escolares defendidas por professores e diretores das escolas adquirem visibilidade, por exemplo, nos relatórios dos anos 1920, elaborados pelo Professor Aprígio Gonzaga, diretor da Escola Profissional Masculina da Capital e o responsável pelo ensino profissional no Estado durante mais de duas décadas<sup>7</sup>. Nesses relatórios e em outros artigos por ele publicados nos Anuários de Ensino e em Revistas de Educação, o diretor explicita sua discordância com os rumos assumidos pelo ensino profissional, sob a influência racionalizadora das propostas de Roberto Mange, então

7. No período entre 1911, data da criação das primeiras escolas, e 1934, o ensino profissional permaneceu subordinado à Diretoria Geral da Instrução Pública, órgão da Secretaria do Interior do Estado de São Paulo até 1931, quando então foi criada a Secretaria da Educação e Saúde do Estado. Em 1934, organizou-se uma nova instância, diretamente vinculada ao Secretário da Educação e exclusivamente destinada à administração do ensino profissional: a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica. Até essa data, a coordenação do ensino profissional foi exercida pelo diretor da Escola Profissional Masculina da Capital, professor normalista Aprígio Gonzaga, cargo que ocupou, portanto, durante 27 anos (MORAES, 2001).

diretor da Escola de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios e professor da Escola Politécnica. O embate, mais que mero conflito de opinião entre educadores, expressa a existência de duas concepções de ensino profissional, que se traduzem em políticas pedagógicas diferentes e expressam, no campo educativo, movimento social mais amplo, voltado para a organização da produção e do trabalho e de sua relação com a educação escolar dos trabalhadores.

Informações fundamentais ao estudo da origem e atribuições das escolas técnicas são encontradas nos estatutos e regimentos desses estabelecimentos. Os prontuários dos alunos e os Livros de Matrículas trazem dados sobre filiação e nacionalidade dos(as) alunos(as), nacionalidade e profissão dos pais. O Livro de Ponto e o Livro de Frequência indicam os nomes de professores e funcionários(as) admitidos(as), suas disciplinas e seus cargos, a data de admissão, contribuindo para o estabelecimento do perfil do corpo docente em diferentes períodos da existência da escola. As Atas de Diretoria e os Relatórios contêm dados importantes sobre o funcionamento institucional e suas mudanças.

Os Livros de Frequência dos alunos, assim como o Livro de Notas e, em algumas instituições, o Livro de Alunos Diplomados e o Livro de Transferências trazem informações sobre a vida escolar dos(as) alunos(as) nos diferentes cursos – mecânica, marcenaria, pintura e decoração, funilaria e eletricidade, escultura, desenho artístico e desenho técnico, entre outros, para os meninos; rendas e bordados, roupas brancas, confecções, flores e chapéus, desenho artístico e pintura, para as meninas – assim como a variação, nos diferentes períodos, no tipo de cursos ofertados e nos respectivos tempos da formação. O exame dos indicadores de matrículas, da frequência e conclusão dos alunos fornece elementos para se observar a significativa evasão dos trabalhadores durante o curso. O abandono, atribuído pelas autoridades à alta solicitação desse tipo de mão-de-obra qualificada no mercado (Relatórios da Secretaria do Interior), é, por outro lado, indicativo das dificuldades da administração pública na organização dessa modalidade de ensino.

Na Escola Profissional Masculina, hoje ETE Getúlio Vargas, o Livro de Informes sobre os Alunos Diplomados contém dados relevantes sobre a trajetória dos alunos egressos no mercado de trabalho durante os anos 1914 e 1929, além de observações a respeito do caráter dos alunos e de seu desempenho profissional, constituindo-se em material raro e relevante para a análise da relação escola e economia local, no que diz respeito ao preparo da força de trabalho e, também, para o estudo das normas disciplinares da instituição; das formas de controle sobre o comportamento e a vida do operário, tanto no período escolar como no emprego posterior; dos valores que compõem a ética capitalista do trabalho e de sua adequação no projeto escolar.

O Relatório dos Trabalhos Escolares, o Livro de Visitas e o Livro de Estatísticas, cada um a sua maneira, contribuem com informações sobre diferentes aspectos

tos da vida escolar, através do registro não apenas das atividades desenvolvidas na escola durante o ano letivo, mas também de apresentação e comentários de trabalhos de alunos (alguns incluem fotografias de obras produzidas pelas alunas, como é o caso da Escola Profissional Feminina, hoje, ETE Carlos de Campos). O Livro de Visitas traz as impressões de visitantes/representantes de outras instituições nacionais e estrangeiras (França, EUA, Argentina, Chile, etc. ) sobre as atividades e trabalhos realizados nas escolas por alunos e professores. O Livro de Estatísticas apresenta dados relativos ao movimento dos cursos e oficinas, ao número de classes existentes, ao número de alunos(as) por classe, de alunos(as) freqüentes, por longos períodos, o que permite verificar o crescimento das escolas e a natureza dos cursos ofertados nos diferentes anos e décadas.

O Álbum de Exposições registra, através de fotografias, vários aspectos das exposições de trabalhos realizados pelos(as) alunos(as). Os acervos fotográficos, em fase de organização em algumas escolas, incluem, também, desde os Álbuns convencionais de formatura – com as turmas de alunos, professores e diretores, até fotos que documentam a trajetória da escola a partir de sua inauguração: comemorações de datas cívicas, festividades, prédios nos quais estão sediadas, salas de aula e instalações das oficinas, situações de aprendizagem – em salas e no trabalho das oficinas, nos postos de puericultura (nas escolas femininas), obras dos alunos, atividades esportivas e de lazer, colônias de férias, banda de música dos alunos bandeirantes, etc. O registro dessas imagens – a arquitetura escolar, os uniformes, as expressões corporais – fornece rico testemunho do dia-a-dia escolar (RIBEIRO, 1992).

O acervo museológico organizado em alguns estabelecimentos – com seus diversos instrumentos e maquinários utilizados nos cursos, as peças executadas por alunos e alunas –, além da qualidade estética de algumas das obras produzidas, apresenta inestimável valor pedagógico para a compreensão dos métodos de ensino voltados para o trabalho.

Em algumas escolas, o Livro Diário, o Livro de Inventário e o Livro de Pecúlio dos(as) Alunos(as) trazem o movimento financeiro da escola, seus balanços diários, pagamentos e recebimentos, com os nomes dos fornecedores de material. Registram, também, importâncias obtidas com a venda de artefatos produzidos pelos(as) alunos(as). Na atual ETE Júlio Cardoso, de Franca, há registros do recebimento das alunas pela venda de artigos produzidos nos cursos femininos, durante alguns anos.

Nas Atas de Promoção de Alunas, Atas de Exames e Promoções, Registro de Notas e Exames, Livro de Eliminações obtêm-se informações sobre procedimentos pedagógicos, critérios de avaliação e seleção, atribuições hierárquicas e padrões de autoridade. Outras informações sobre as práticas de ensino podem ser resgatadas nos trabalhos e obras de alunos, nos planejamentos de aula, nas atas ou relató-

rios do diretor, nos livros didáticos utilizados. Tais informações permitem verificar as condições de ensino específicas das escolas situadas em diferentes cidades do interior do Estado e o tipo de relações que estabelecem com o entorno socioeconômico. Em Campinas e Sorocaba, os documentos escolares referem-se aos cursos realizados em convênio com as Companhias Ferroviárias, na formação de mecânicos.

Como já se referiu antes, algumas espécies documentais como livro de atas, estatutos, regimentos e programas são mais raramente preservados e, apesar de seu valor informativo, até hoje “não têm proteção legal ou recomendação específica de guarda” (RIBEIRO, 1992).

É importante demarcar que as fontes oficiais referidas, incluindo a legislação sobre a instrução pública, podem ser úteis no estudo de algumas questões substantivas na história da educação brasileira<sup>8</sup>: a apreensão da dinâmica de mudanças no campo político-pedagógico, as quais se realizam também na e pela linguagem dos discursos oficiais; a escolarização dos conhecimentos na área específica do ensino profissional, a complexidade da atuação docente; questões relacionadas às relações de gênero, ao lugar atribuído à mulher na sociedade, especialmente à mulher pobre, operária, à educação que lhe é destinada, isto é, à organização do ensino profissional feminino e suas variações nos diferentes momentos históricos; as mudanças na composição feminina do corpo docente. Outros temas não menos complexos surgem enquanto possibilidade de pesquisa: a relação entre formação teórica e prática no ensino profissional, a situação da escola profissional no âmbito do sistema educacional.

Além da documentação produzida e acumulada pelas instituições, na perspectiva de apreender outras dimensões das práticas educativas, de complementar os silêncios e lacunas das informações obtidas, procurou-se localizar ex-alunos, antigos professores e funcionários para que fossem entrevistados e seus depoimentos recolhidos, juntamente com os materiais que pudessem possuir, como cadernos de alunos e anotações de aulas, nas diferentes disciplinas, diários de classe, objetos escolares, fotos, filmes, etc. Ao mesmo tempo, foi feito o levantamento de matérias sobre a escola publicadas pela imprensa local. A maior parte desse trabalho realizou-se como atividade pedagógica desenvolvida por alunos e professores das escolas. Reuniões, chás e encontros de ex-alunos e ex-professores, visitas e telefonemas resultaram na obtenção de depoimentos relevantes. No entanto, a organização desse material deve ainda ser realizada, para ficar à disposição do público.

8. A esse respeito, consultar Faria Filho (1992). Nesse artigo, referindo-se à legislação escolar, o autor afirma: “... gostaria de defender que algumas informações somente a legislação pode nos oferecer: uma delas, para ser óbvio, é o ordenamento legal do processo pedagógico. Menos óbvio é, por exemplo, estabelecer o repertório discursivo que a legislação põe à disposição e em movimento tendo em vista a conformação do campo pedagógico” (p. 124).

No que diz respeito à contribuição das fontes de pesquisa para o campo da história da educação, esse conjunto documental possibilita contestar certas interpretações cristalizadas no pensamento pedagógico brasileiro. Uma dessas interpretações, ao desconhecer a presença de diferentes tempos históricos na formação social brasileira e ao ignorar as especificidades das escolas de ensino profissional e de sua relação com as realidades locais no plano social, político e econômico, insiste em atribuir-lhes, de forma genérica, um caráter assistencialista, de modalidade de ensino destinado aos pobres, aos “desafortunados”, aos “desassistidos da sorte”. As informações contidas nos documentos governamentais e, principalmente, o estudo do perfil dos alunos, dos regimentos e programas escolares explicitando a origem operária da população escolar, as atribuições realizadas pelo ensino profissional na qualificação da mão-de-obra, o percurso dos trabalhadores no mercado de trabalho, permitem afirmar que, em São Paulo, a escola profissional surgiu em 1911 com o propósito de qualificar trabalhadores para ocuparem postos de trabalhos intermediários no universo fabril em constituição, em um momento de ampliação do mercado de trabalho e de substituição do trabalhador estrangeiro pelo nacional. Nesta perspectiva, a escola profissional era também vista pelas autoridades governamentais como “veículo seguro de nacionalização” e sua difusão, como uma “questão patriótica” (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p.533)<sup>9</sup>. O manejo das fontes pode, portanto, propiciar a revisão de certos pressupostos teóricos e de método, que, por sua vez, conduza à busca de novas fontes de estudo, a leituras mais fecundas da documentação e à construção de novos conhecimentos sobre a trajetória da educação em nosso país, e, mais especificamente, sobre a história da relação trabalho – educação.

Quanto ao trabalho pedagógico realizado por alunos e professores na organização dos arquivos escolares, sua importância já foi ressaltada em outros momentos do texto. A constituição desses espaços de memória coletiva buscou, em primeiro lugar, estimular nos alunos o desenvolvimento da consciência da necessidade de preservação do patrimônio histórico, como forma de preservação de valores fundamentais para sua formação como cidadãos e para o exercício ativo da cidadania. No entanto, cabe enfatizar o quanto pode ser valioso o uso pedagógico desses arquivos, assim como o das bibliotecas, na aprendizagem das disciplinas escolares. O aprendizado da história, por exemplo, pode se dar através da leitura de livros, mas também a partir do contato com documentos de época, os do arquivo da escola e de outros existentes na localidade, como os Arquivos Municipais.

A apreensão da vida escolar, “orientada por noções básicas de espaço, tempo e grupo social, ganha sentido histórico”, principalmente quando utilizadas as fotografias de turmas de alunos e de eventos escolares, material rico de sugestões para

9. Sobre a questão, ver Moraes (2003).

o trabalho histórico e de memória. Como indica Ribeiro (1992), um trabalho sobre a escola, ao longo dos anos – o levantamento do perfil dos antigos alunos e professores, as mudanças no regime disciplinar, as transformações no comportamento e nos rituais escolares – não só apresenta interesse especial para os alunos, pois trata-se de uma história da qual eles fazem parte, mas possibilita estabelecer relações com a história do País, em diversos aspectos. Além de temas relacionados à educação e à instituição escolar, os materiais dos arquivos das escolas técnicas, por sua especificidade, suscitam, por outro lado, estudos sobre a produção científica e tecnológica, o desenvolvimento das correntes artísticas nas suas diferentes manifestações – pintura, escultura, música, literatura. Nessa medida, o uso dos documentos é pertinente a todas as disciplinas do currículo e não só ao ensino da história. Um dos temas interessantes a se pesquisar diz respeito às mudanças nos programas e nos conteúdos das disciplinas das escolas. Por exemplo, qual era o programa e como se ensinava matemática ou física nos anos 1940? De outro lado, permite a análise histórica da relação da escola com a sociedade e cultura locais – os processos de desenvolvimento urbano, o crescimento do comércio e da indústria, a produção rural, a constituição de grupos e classes sociais, relações de poder, de gênero e de etnia, desigualdades sociais, etc.

Finalmente, uma vez finalizado o projeto de implantação/organização dos arquivos nas escolas técnicas, entra-se em outra fase: a do desenvolvimento de uma política institucional visando a preservação deste espaço de memória e de seu uso pela população escolar, por pesquisadores e público mais abrangente, incluindo-se aqui o recurso do Banco de Dados construído em cada escola e que deverá ser unificado através da comunicação em rede, a ser instalada no Centro” Paula Souza”. Além disso, torna-se necessária a definição de uma política voltada para a preservação e “alimentação” permanente do acervo, através da definição dos critérios do que deve ser descartado e do que deve ser conservado, viabilizando a comunicação entre os arquivos correntes (secretarias das escolas) e os permanentes ou históricos. Medidas institucionais nessa direção estão sendo tomadas, inclusive com o concurso do Centro de Memória da Educação da FEUSP, através do trabalho de uma das alunas do Mestrado que tem este tema como objeto de pesquisa.

Espera-se, com esse trabalho, incentivar outras instituições públicas de educação para que, a exemplo do Centro “Paula Souza” e de suas escolas, venham a promover ações de preservação de suas fontes documentais, contribuindo para a preservação da nossa memória educacional e para a história da educação brasileira.

#### Referências bibliográficas

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Diretoria Geral da Instrução. Governo do Estado de São Paulo, s/d e anos 1891 e 1917.

ASPECTOS DAS EXPOSIÇÕES de Trabalhos realizadas na Escola Carlos de Campos. *Jornal O Estado de S. Paulo*, 23/11/1938.

CHARTIER, Anne-Marie. Fazeres Ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. *Educação e Pesquisa*. Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo: FEUSP, v.26. n.2, jul./dez. 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano (org.). *Educação, Modernidade e Civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A Socialização da força-de-trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Instrução Popular e Ensino Profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana G.; HISLDORF, Maria Lúcia S. (orgs.). *Tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (orgs). *Inventário de Fontes Documentais. Contribuição à Pesquisa sobre o Ensino Técnico no Estado de São Paulo*. São Paulo: Centro “Paula Souza” e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

NUNES, Clarice. O Processo de Elaboração do Guia: Metodologia e Diagnóstico dos Acervos Arquivísticos e Bibliográficos. In: NUNES, Clarice (coord.). *Guia Preliminar de Fontes para a História da Educação Brasileira*. Brasília: INEP, 1992.

NUNES, Clarice. Pesquisa Histórica: um desafio. *Cadernos ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. Diretrizes e Bases da Educação: o nacional e o regional na história da educação brasileira. Nova Fase, n. 2, 1989.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta M. Chagas de. *Historiografia da Educação e Fontes*. ANPED, 15ª Reunião Anual. Caxambu, MG, 1992.

RIBEIRO, Marcus Vinício Toledo. Os Arquivos das Escolas. In: NUNES, Clarice (coord.). *Guia Preliminar de Fontes para a História da Educação Brasileira*. Brasília: INEP, 1992.

VIDAL, Diana G.; ZAIA, Iomar Barbosa. De arquivo morto a permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In: MORAES, Carmen Sylvia V.; ALVES, Julia Falivene (orgs.). *Inventário de Fontes Documentais. Contribuição à Pesquisa sobre o Ensino Técnico no Estado de São Paulo*. São Paulo: Centro “Paula Souza” e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

*Recebido em 06 de novembro de 2004 e aprovado em 01 de dezembro de 2004.*